

## A intencionalidade do autor, segundo Paul Ricoeur

### Author's intentionality according to Paul Ricoeur

Leonardo Canuto de Barros  
Universidade de São Paulo – USP<sup>1</sup>

#### RESUMO

O trabalho investiga em que medida a intencionalidade do autor, oculta no texto, deve ser perscrutada pelo leitor ao interpretar, tendo em vista que, na ausência do autor durante o ato de leitura, a intenção do próprio texto se sobrepõe à do autor. Para tanto, recorreremos, principalmente, a passagens de duas obras de Paul Ricoeur, *Do texto à ação* e *Tempo e narrativa*.

#### PALAVRAS-CHAVE

Intencionalidade; autor; texto; leitor; Paul Ricoeur

#### ABSTRACT

The work investigates to what extent the author's intention, hidden in the text, must be scrutinized by the reader when interpreting, considering that, in the absence of the author during the act of reading, the intention of the text itself supersedes that of the author. To do so, we will resort mainly to passages from two works by Paul Ricoeur, *From text to action* and *Time and narrative*.

#### KEYWORDS

Intentionality; author; text; reader; Paul Ricoeur

Na condição de leitores, ao defrontarmos-nos com um texto, firmamos uma espécie de acordo tácito com algo que está além das palavras então por nós interpretadas. O que nos garante que determinado texto e não outro mereça nossa atenção? O que nos certifica da validade ou correspondência do que está ali escrito em relação a nossas expectativas enquanto leitores? Se lemos um texto, somos

---

<sup>1</sup> E-mail: [leonardo.barros@usp.br](mailto:leonardo.barros@usp.br)

intérpretes que se dirigem a outro mundo com a esperança de nele encontrar algo: uma informação, um deleite, uma emoção, uma verdade, uma compreensão a respeito de si mesmo... Assim, somos leitores de algo: de uma mensagem, do mundo, da realidade, de nós mesmos... Ora, mas não poderíamos ser leitores sem propósito? E talvez estes últimos existam em maior número que o de autores despropositados. Mesmo Jean-Jacques Rousseau, que em sua última autobiografia, intitulada *Os devaneios do caminhante solitário*, forneceu um dos raros exemplos de autores que escrevem sem a preocupação de serem lidos, tinha um propósito evidente de autoexame, esboçando uma atitude tipicamente socrática – ou seja, escrevia guiado por um movimento intencional de referir-se ao mundo de tal maneira que pudesse realizar uma espécie de autoexame. O filósofo genebrino então declarara que nessa obra destinou seus últimos dias a estudar a si mesmo e a preparar com antecipação as contas que não tardaria a prestar a respeito de si com o divino – prenúncio que se concretizara com sua morte poucos meses depois de ter escrito a última caminhada de *Os devaneios*. Se em outro de seus empreendimentos autobiográficos, os *Diálogos*, Rousseau, já sem depositar esperanças em seus leitores contemporâneos, contava com um público futuro, uma geração melhor que o lesse e pudesse vê-lo tal como ele de fato era, na última autobiografia essa expectativa fora de vez suplantada; o filósofo manifestara completa indiferença em relação a leitores presentes e futuros: “Quer espionem o que faço, quer haja inquietação com essas folhas, quer se apoderem delas, quer as suprimam, quer as falsifiquem, tudo isso me é indiferente agora. Não as escondo nem mostro” (ROUSSEAU, 2017, p. 14). Não obstante o inequívoco desinteresse por seus possíveis leitores vindouros, o genebrino assim acentua seu propósito pessoal com a tessitura da autobiografia em questão:

187

Faço a mesma empresa de Montaigne, mas com um objetivo em tudo oposto ao seu: escrevia seus *Ensaaios* apenas para os outros, enquanto escrevo meus devaneios apenas para mim. Se em meus últimos dias, próximo da partida, eu continuar, como espero, com o mesmo estado de espírito com que me encontro, sua leitura me lembrará da doçura que experimento ao escrevê-los e, fazendo assim renascer o tempo passado, duplicará de certo modo minha existência. Apesar dos homens, saberei apreciar ainda o encanto da sociedade e viverei decrépito ao lado de mim mesmo em outra idade como viveria com um amigo menos velho (ROUSSEAU, 2017, p. 14).

Trocando em miúdos, mesmo em casos mais dramáticos, a exemplo de quando cessa o interesse pelo encontro de um leitor para a mensagem que se escreve, parece existir, no ato da escrita, alguma intenção do autor, um modo como se refere ao mundo que ele pretende descrever, exprimir, representar, e que, portanto, é prenhe de intencionalidade. E não seria essa intencionalidade, como os compromissos e promessas do autor ao escrever, o que está oculto nas palavras e que nos convence, na condição de leitores, a firmar um acordo tácito com o texto ou mesmo com seu autor? Entre a intencionalidade do autor e a de quem o lê, há uma trajetória sinuosa com inúmeras indagações que nos fazem confrontar três diferentes mundos: o do

autor, o do texto e o do leitor. A fim de nos desembaraçarmos de alguns obstáculos nesse percurso, analisaremos parte das investigações de Paul Ricoeur sobre a intencionalidade do autor, servindo-nos, sobretudo, de algumas passagens da obra *Do texto à ação* (1986) e do ensaio “Mundo do texto e mundo do leitor”, contido no terceiro volume de *Tempo e narrativa* (1985).

Preliminarmente, vale retraçarmos a trajetória ricoeuriana de recuperação da ideia de intencionalidade. Paul Ricoeur herda do linguista Émile Benveniste, autor dos dois volumes de *Problemas de linguística geral* (1966 e 1974), a noção de que a função mediadora exercida pela linguagem encontra seu ponto nodal no discurso (isto é, no dizer).<sup>2</sup> Para Ricoeur, assim como para Benveniste, a instância do discurso é a intenção primeira da linguagem, a qual consiste em alguém dizer algo a alguém sobre alguma coisa segundo regras fonéticas, lexicais, sintáticas e estilísticas. A essência da linguagem consistiria, então, nesse ato de dizer que é capaz de apresentar um conteúdo configurado de determinada forma e dirigido a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, donde a importância, para Ricoeur, das subjetividades de quem discursa e de quem recebe o discurso. A intersubjetividade se manifestaria, assim, por meio da troca entre locutor e interlocutor. Em se tratando da instância do discurso, o processo se dá dessa forma, ocorre que, no caso do texto, as relações entre as subjetividades são operadas entre autor e leitor, e não podem ser reduzidas, por analogia, à relação entre locutor e interlocutor; em parte, porque a relação escrever/ler diverge da relação dizer/responder, como explica Ricoeur em *Do texto à ação*:

Com efeito, a relação escrever/ler não é um caso particular da relação dizer/responder. Não é uma relação de interlocução; não é um caso de diálogo. Não é suficiente dizer que a leitura é um diálogo com o autor por meio de sua obra; é preciso dizer que a relação do leitor com o livro é de uma natureza totalmente outra; o diálogo é uma troca de perguntas e de respostas; não há uma troca dessa espécie entre o escritor e o leitor; o escritor não responde ao leitor; o livro separa bem em dois lados o ato de escrever e o ato de ler, que não se comunicam; o leitor está ausente na escritura; o escritor está ausente

---

<sup>2</sup> A teoria de Ricoeur sobre o discurso e o texto é fortemente tributária das considerações de Émile Benveniste. Para Ricoeur, leitor de Benveniste, a instância do discurso introduz na ordem do dia a intencionalidade e, com ela, o horizonte de uma compreensão semântica, transformando a virtualidade da língua em um acontecimento da linguagem a ser decifrado. Vale pontuar que a semântica de Benveniste faz do discurso a manifestação atualizada da língua na comunicação viva, semântica esta que difere de uma semiótica que acomoda apenas a virtualidade da língua, considerada como um conjunto de signos formais combinados em estruturas e sistemas. Segundo as palavras do linguista: “A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo e, por consequência, a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (BENVENISTE, 1989, p. 229).

na leitura. O texto produz, assim, a dupla ocultação do leitor e do escritor; é dessa maneira que ele substitui a relação de diálogo que liga imediatamente a voz de um ao ouvir do outro. (RICOEUR, 1986, p. 139)

O que Ricoeur demonstra é que no texto, diferentemente da comunicação dialógica em que há a presença face a face, não se pode identificar imediatamente uma plateia a quem a mensagem é endereçada, tampouco se pode demarcar a intencionalidade do autor de maneira ostensiva, como sucederia em um diálogo em que os caminhos do discurso se ajustam tanto à intenção imediatamente dada do locutor quanto à recepção da mensagem pelo interlocutor, e que culmina até mesmo num jogo de expectativas ora atendidas, ora frustradas. Por isso, o filósofo destaca uma dupla ocultação: a do leitor, ausente no ato da escrita, e a do autor, ausente no ato da leitura. Nesse sentido, não há uma comunicação, mediada pelo texto, entre autor e leitor, como haveria de existir entre um falante e um ouvinte por meio do discurso, pois o elemento que propriamente trava contato com o leitor é o texto, e não a pessoa de carne e osso que lhe insuflou vida.

Apesar dessas diferenças entre o discurso e o texto, o segundo não deixa de guardar certas similitudes com o primeiro. De acordo com Ricoeur, há uma aproximação do texto com referência ao discurso no ato de escrever, quando o querer dizer do autor e a intencionalidade aí imiscuída se apresentam no instante em que o discurso (dizer algo sobre alguma coisa a alguém) é fixado tornando-se texto. Contudo, a partir do momento em que o texto ganha a superfície do papel e adquire autonomia na ausência do autor, “a intenção do autor e a intenção do texto cessam de coincidir” (RICOEUR, 1986, p. 187). Assim, há um instante, correspondente ao momento da escrita, em que o tornar-se texto das ideias do autor está revestido de intencionalidade e pode visar a um público implicado que é seu interlocutor, mas, tão logo o texto ganhe concretude produzindo a ocultação de quem o escreveu, a comparação com o discurso ou o diálogo volta a acentuar dessemelhanças – e, mesmo antes, há outra diferença notável: a plateia a quem o locutor se dirige é real, ao passo que o público a quem o autor se dirige só pode ser implicado, ou seja, ficcionalizado. Para Ricoeur, em contrapartida, a aproximação que se deu no nível do escrever/dizer, suspensa quando o texto adquire autonomia, torna a se manifestar no nível do ler/responder, quando o texto está sendo apropriado pelo leitor no ato de interpretar. Explica o filósofo:

[...] ao caracterizar a interpretação como apropriação, pretende-se sublinhar o caráter ‘atual’ da interpretação: a leitura é como a execução de uma partitura musical; ela marca a efetuação, o tornar-se ato, das possibilidades semânticas do texto. [...] vitória sobre a distância cultural, fusão da interpretação do texto com a interpretação de si mesmo. Com efeito, essa característica de efetuação própria à interpretação revela um aspecto decisivo da leitura, a saber, que ela completa o discurso do texto em uma dimensão semelhante àquela da fala [*parole*]. O que é aqui retido da noção de fala não é que ela seja

proferida, mas sim que ela seja um acontecimento, um acontecimento do discurso, a instância do discurso, como disse Benveniste. As frases do texto significam *hic et nunc*. Assim o texto 'atualizado' encontra uma atmosfera e um público; ele retoma seu movimento, interceptado e suspenso, de referência em direção a um mundo e a sujeitos. Esse mundo é aquele do leitor; esse sujeito é o próprio leitor. Na interpretação, digamos, a leitura se torna como uma *parole* (RICOEUR, 1986, p. 153).

Em resumo, a noção de intencionalidade é resgatada para tratar, no discurso, da intenção daquele que fala e, no texto, daquele que escreve, sendo que não se pode fazer corresponder a intenção do autor com a intenção do texto, o que, se ocorresse, implicaria bloquear a possibilidade de o texto ser dotado de autonomia semântica, ou seja, seria inibir a capacidade do texto de comunicar algo por si mesmo. Seja no discurso, seja no texto, há uma intenção de dizer algo sobre alguma coisa a alguém. Vemos aí a teoria de Ricoeur sendo tributária do conceito cardinal de intencionalidade oferecido pela fenomenologia de Husserl e posteriormente enriquecido pela filosofia analítica.<sup>3</sup> De acordo com a escola fenomenológica, da qual a teoria ricoeuriana inegavelmente é herdeira, a linguagem é uma mediação que permite ao sujeito se dirigir à realidade. No ato de dizer algo sobre alguma coisa, estabelece-se um movimento intencional de referir-se ao mundo. A linguagem, nesse sentido, é o veículo por meio do qual o sujeito compreende o mundo e nele se apresenta. Se, como sabemos, para Ricoeur, a essência da linguagem é o discurso, tendo em vista que este é o ato pelo qual o sistema virtual da língua se transforma em acontecimento atual da fala, verifica-se que o discurso terá a prerrogativa de conectar o sujeito com o mundo. Na obra *O conflito das interpretações* (1969), conclui Ricoeur:

Para nós que falamos, a linguagem não é um objeto, mas uma mediação; é esse através de que, por meio de que, nós nos exprimimos e exprimimos as coisas. Falar é o ato pelo qual o locutor supera a clausura do universo dos signos, na intenção de dizer alguma coisa sobre alguma coisa a alguém; falar é o ato pelo qual a linguagem se excede como signo em direção à sua referência e em direção ao seu em face (RICOEUR, 1978a, p. 86).

A intencionalidade, nesse caso, seria um dos fatores presentes na transformação da linguagem em acontecimento da fala. Ao discursar, o falante se refere intencionalmente ao mundo, exprimindo as coisas tal como elas são vistas por sua

---

<sup>3</sup> Embora nossa análise esteja focada no conceito de intencionalidade herdado da fenomenologia, não devemos negligenciar o fato de que Ricoeur enriqueceu esta abordagem com base em teorias da filosofia analítica, sobretudo as de Elizabeth Anscombe e Peter Geach. Cf. RICOEUR, 1973, p. 43-48; RICOEUR, 2012, p. 69-77.

própria lente, e, portanto, acaba por expressar conjuntamente algo de seu (ou de sua visão de mundo), algo que é incorporado ao discurso voluntária ou involuntariamente. Em linhas gerais, a intencionalidade pertence, no caso em questão, à forma como o locutor faz referência ao mundo (ou seja, descreve-o, exprime-o, representa-o) no movimento intencional de dizê-lo sob determinado aspecto e de determinada maneira.

É preciso frisar que essa discussão diz respeito, primeiramente, ao discurso. Todavia, como já adiantamos, em se tratando do domínio do texto, vale o alerta de Ricoeur segundo o qual o alvo da interpretação do leitor não é a intencionalidade do autor, e sim o mundo do texto desvelado durante a leitura. O filósofo concebe assim o equívoco da hermenêutica romântica do século XIX (Friedrich Schleiermacher e Wilhelm Dilthey, entre outros) em tentar compreender o gênio que se oculta entre as palavras do discurso, em vez de se debruçar na autonomia semântica do próprio texto. Pondera Ricoeur em seu ensaio “Filosofia e linguagem”, de 1978:

O que se deve compreender em um discurso, em um texto, em uma obra, não é a princípio o sujeito que se exprime e que está de alguma forma escondido atrás do texto, mas o mundo que o texto revela de algum modo diante dele. Este foi o erro da hermenêutica romântica do século XIX de ligar o destino da interpretação ao esforço de um gênio para se fazer contemporâneo de outro gênio. Em vez de focar o mundo do texto como revelação de um novo ser no mundo, nós preparamos um retorno ao sujeito que seja exatamente mensurado pelo reconhecimento da função hermenêutica primeira, que é a de dizer o mundo do texto, antes de dizer seu sujeito (RICOEUR, 1978b, p. 462-463).

191

Nessa direção, embora a teoria fenomenológica da intencionalidade – segundo a qual a linguagem, ao estabelecer um movimento intencional de referência, é a mediação que nos encaminha para a realidade – seja admitida por Ricoeur do ponto de vista da subjetividade original do gênio criador, a compreensão por parte do leitor não pode se hipostasiar nela, já que o texto é dotado de autonomia semântica e é também mediação que guia a subjetividade de quem o lê e dele se apropria. A fim de que o processo de compreensão zele pela autonomia semântica do texto e abarque também a subjetividade do leitor, deve haver um deslocamento no ato de interpretar que considere menos a intenção do autor (por exemplo, suas crenças, seus desejos, suas promessas ou compromissos ao escrever) do que o querer dizer do próprio mundo do texto. Desse modo, pode-se asseverar que há uma contraposição hermenêutica às teses idealistas da fenomenologia.

Apesar de não renunciar de todo à teoria fenomenológica da intencionalidade, Ricoeur descarta a possibilidade de sua hermenêutica aderir à ideia de que interpretar é desvendar a intenção subjetiva de um autor que está oculta no texto. Distanciando-se do idealismo de Husserl, o filósofo explica que não se trata de definir a hermenêutica como uma investigação sobre as intenções psicológicas do autor que estão ocultas no texto, trata-se, antes, de defini-la como processo de

explicitação de um ser-no-mundo revelado pelo texto.<sup>4</sup> Para Ricoeur, o que se tem a interpretar em um texto é uma proposição de mundo, o projeto de um mundo habitável e onde o leitor projete seus possíveis mais próprios. O filósofo então se questiona:

Qual é o impacto contra o idealismo husserliano dessa hermenêutica focada sobre a coisa do texto? Essencialmente este: a fenomenologia, que foi na verdade o resultado da descoberta do caráter universal da intencionalidade, não seguiu o conselho de sua própria descoberta, a saber, que a consciência tem seu sentido fora dela mesma. A teoria idealista da constituição do sentido na consciência assim resultou na hipóstase da subjetividade. O preço dessa hipóstase são as dificuldades evocadas [...] pelo paralelismo entre a fenomenologia e a psicologia. Essas dificuldades atestam que a fenomenologia corre sempre o risco de se reduzir a um subjetivismo transcendental. A maneira radical de colocar termo a essa confusão que sempre ressurgue é deslocar o foco da interpretação da questão da subjetividade para a do mundo. É isso que a teoria do texto impõe fazer, subordinando a questão da intenção do autor à da coisa do texto (RICOEUR, 1986, p. 53).

Paul Ricoeur manifestamente subordina a questão da intenção do autor à coisa do texto, deslocando o foco da subjetividade em direção ao mundo – ou ao ser-no-mundo revelado pelo texto. A busca hermenêutica por adivinhar essa intencionalidade autoral consiste, para Ricoeur, numa psicologização do texto, o que o reduz a regras psicológicas de composição que assaltariam o autor durante o ato da escrita, quando, na verdade, o que se defende é uma despsicologização do texto que o permita transcender as condições psicológicas nas quais o autor estaria mergulhado. É, inclusive, essa liberação que assegura ao texto a pluralidade de interpretações polissêmicas ao longo do tempo, evidentemente descoladas da intenção original do autor. O texto, ao sobreviver à morte de quem o escreveu,

---

<sup>4</sup> Não obstante essa divergência, vale comentar que a teoria de Husserl foi útil a Ricoeur na medida em que a fenomenologia se opunha ao solipsismo cartesiano. Se René Descartes afirmava a certeza do ego em oposição à dubitabilidade do mundo, separando radicalmente o “interior” do “exterior”, a “imanência” da “transcendência”, Husserl, em contrapartida, operou uma espécie de subsunção do “exterior” no “interior”, trazendo a transcendência para o domínio da subjetividade, que adquiriu maior estatuto em sua teoria. Para Ricoeur, a subjetividade transcendental pressupõe o distanciamento do solipsismo cético adotado pela via cartesiana e, em razão disso, o filósofo é levado a se filiar parcialmente à fenomenologia idealista de Husserl. Ocorre que, por seu turno, a redução do mundo ao sujeito, de modo que haja o primado do ego, vai de encontro a todo o edifício teórico erigido por Ricoeur em torno do descentramento do eu. Se de um lado o autor de *Tempo e narrativa* recusa o solipsismo cético, de outro, também renuncia ao solipsismo transcendental. Entre os textos de Ricoeur direcionados à fenomenologia husserliana, temos a introdução e as notas da tradução do livro *Ideen I* (publicadas em 1950), um conjunto de ensaios reunidos no livro *Na escola da fenomenologia* (1986) e um capítulo da obra *Do texto à ação* (1986), além de breves comentários diluídos em outras obras, incluindo *O si-mesmo como outro* (1990).

liberta-se das delimitações plasmadas pelos anseios de um gênio criador em determinado momento histórico, viabilizando leituras e interpretações empreendidas em circunstâncias completamente distintas: “[...] o texto deve poder, tanto do ponto de vista sociológico como do psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar em uma nova situação: é isso que faz precisamente o ato de ler” (RICOEUR, 1986, p. 111). O pressuposto de que o texto permanece vivo para um leitor atemporal nos fornece evidências suficientes de que a intencionalidade do autor é incapaz de petrificar o processo interpretativo quase infundável que um texto pode instaurar, processo que coloca o intérprete sempre na condição *in medias res*, quer dizer, nunca no início nem no fim da constituição do sentido de um texto.<sup>5</sup>

Nesse sentido, as contribuições de Hans-Georg Gadamer foram valiosas, pois serviram para despsicologizar o processo de compreensão e mundanizá-lo, deixando Ricoeur em reserva diante das hipóteses de base das hermenêuticas de Schleiermacher e Dilthey, qualificadas como românticas em decorrência de seu viés psicologizante, já que esse tipo de hermenêutica se fundava na descoberta de regras psicológicas que operam no texto por meio da individualidade do autor, aventura que buscava então adivinhar as idiosincrasias do gênio criador e contra a qual Ricoeur se opôs ao valorizar a autonomia semântica do texto. Gadamer, em *Verdade e método I* (1960), explica que para Schleiermacher a hermenêutica é a arte de evitar o mal-entendido, servindo-se, a fim de cumprir tal finalidade, de um cânon de regras gramaticais e psicológicas de interpretação. E, para Gadamer, é do lado da interpretação psicológica que se encontra a contribuição mais genuína de Schleiermacher, que se tornou determinante para o desenvolvimento da teoria de Dilthey. Segundo as regras psicológicas, “O que deve ser compreendido não é a literalidade das palavras e seu sentido objetivo, mas também a individualidade de quem fala ou do autor” (GADAMER, 2015, p. 256). Elucida Gadamer a respeito do privilégio da interpretação psicológica em Schleiermacher:

A hermenêutica abrange a arte da interpretação gramatical e psicológica. Mas o que há de mais próprio em Schleiermacher é a interpretação psicológica. É, em última análise, um comportamento divinatório, um transferir-se para dentro da constituição completa do escritor, um conceber o “decorso interno” da feitura da obra, uma reformulação do ato criador. A compreensão é, pois, uma reprodução

---

<sup>5</sup> Em *Do texto à ação*, Ricoeur assim marca o distanciamento em relação ao idealismo husserliano: “Em que sentido esse desenvolvimento de toda compreensão em interpretação se opõe ao projeto husserliano de uma fundação final? Essencialmente, no fato de que toda interpretação coloca o intérprete *in medias res* e nunca no início nem no final. Nós surgimos, de certo modo, bem no meio de uma conversa que já começou e na qual procuramos nos orientar a fim de que possamos dar nossa contribuição. Ora, o ideal de um fundamento intuitivo é o de uma interpretação que, em determinado momento, passaria para a visão. Essa hipótese é o que Gadamer chama de ‘mediação total’. Apenas a mediação total seria equivalente a uma intuição primeira e última. A fenomenologia idealista, portanto, só pode apoiar sua reivindicação de um fundamento último ao assumir a reivindicação hegeliana de conhecimento absoluto de um modo que não é mais especulativo, mas intuitivo. Ora, a própria hipótese da hermenêutica filosófica é que a interpretação é um processo aberto que nenhuma visão conclui” (RICOEUR, 1986, p. 48-49).

referida à produção original, um reconhecer do conhecido (Boeckh), uma reconstrução que parte do momento vivo da concepção, da “decisão germinal” como o ponto de partida da composição (GADAMER, 2015, p. 257-258).

Assim, para Schleiermacher, na descrição de Gadamer, a hermenêutica atua não sobre um conteúdo objetivo, mas sobre estruturas de obra de arte ou de pensamento artístico. Por isso, se lançarmos mão dos poemas de Homero, será tarefa da hermenêutica jogar luz sobre um pensamento individual, uma livre combinação feita pelo autor, sondando as bases do espírito do escritor, porque é isso que distingue o texto poético do científico. Para Schleiermacher, o discurso poético não se submete ao padrão de entendimento sobre a coisa, pois não se pode separar o que se diz da maneira como se diz. Além disso, essas conclusões não se restringem ao discurso fixado pela escrita, mas abarcam também o diálogo, a livre comunicação, que, segundo Schleiermacher, porta algo de pensamento artístico. Ilustra e explica Gadamer:

Por exemplo, a guerra de Troia *encontra-se* no poema homérico – quem a ler na perspectiva da realidade histórica da coisa já não lê Homero como discurso poético. Ninguém pretenderá afirmar que o poema homérico tenha ganho algo de realidade artística através das escavações dos arqueólogos. O que se deve compreender aqui não é um pensamento comum sobre o conteúdo, mas um pensamento individual, que por essência é combinação livre, expressão, livre exteriorização de uma essência individual.

Ora, uma das características de Schleiermacher é procurar em tudo esse momento da produção livre. Schleiermacher irá fazer essa mesma distinção também no diálogo [...]: ao lado do “verdadeiro diálogo”, que busca um saber comum do sentido e que constitui a forma original da dialética, ele reconhece também o “diálogo livre”; ele atribui este diálogo livre ao pensamento artístico. Nesse os pensamentos “quase não são levados em consideração” pelo seu conteúdo. O diálogo não passa de uma estimulação recíproca na geração de pensamentos (“e seu fim natural não é outro que o esgotamento paulatino do processo descrito”), uma espécie de construção artística na relação recíproca da comunicação (GADAMER, 2015, p. 258-259).

Para Paul Ricoeur, a concepção romântica da hermenêutica – a qual, na fórmula de Schleiermacher, consiste em compreender um autor melhor do que ele mesmo se compreendeu –, só pode ser superada “se for elucidada a relação da obra com a subjetividade do autor e se, na interpretação, caminharmos em direção ao sentido e ao referencial da própria obra” (RICOEUR, 1986, p. 81). Gadamer, nessa direção, a partir da defesa da “coisa do texto”, inspira Ricoeur a constituir sua ideia de

autonomia semântica do texto, que tende a deixá-lo falar por si mesmo, distanciando-se tanto do autor quanto do leitor, e, evidentemente, sem se preocupar com intencionalidades autorais ocultas. É a noção gadameriana de “coisa do texto” que conduziu a reflexão de Paul Ricoeur sobre o texto como paradigma de distância na comunicação, assim enunciada:

[...] o texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana, ele é o paradigma da distância na comunicação; assim sendo, ele revela uma característica fundamental da historicidade mesma da experiência humana, a saber, que ela é uma comunicação na e pela distância (RICOEUR, 1986, p. 102).

Constitui-se, nessa distância, o que Ricoeur denomina autonomia semântica do texto, avessa ao horizonte intencional finito do autor. Dito isso, resta-nos tratar da articulação entre os três diferentes mundos envolvidos na teoria hermenêutica de Ricoeur: o mundo do autor, o mundo do texto e o mundo do leitor. Para tanto, analisaremos especificamente a contribuição de Ricoeur no ensaio já mencionado “Mundo do texto e mundo do leitor”. Segundo Ricoeur, há uma espécie de movimento comunicativo que parte do autor, atravessa a obra e finda no leitor. Nas palavras do filósofo, “[...] é do autor que parte a estratégia de persuasão que tem o leitor como alvo. É a essa estratégia de persuasão que o leitor responde acompanhando a configuração e se apropriando da proposição de mundo do texto” (RICOEUR, 2010, p. 271). Nesse exame, interessa-nos abordar a estratégia fomentada pelo autor e sua inscrição na configuração do texto. Entramos aqui no campo da retórica, tendo em vista que essa estratégia é conduzida pelo autor e que tal disciplina rege justamente a arte empregada pelo orador para persuadir seu público. Ora, mas ao reabilitar o autor Ricoeur não estaria então comprometendo a tese da autonomia semântica e revitalizando uma espécie de psicografia? O filósofo se antecipa em relação a esse possível questionamento e explica que, nessa análise, a autonomia semântica não é de maneira nenhuma abalada, porque o que lhe interessa não é o autor real, que tem sua biografia psicológica, e sim o autor implicado, isto é, o autor que imprime na obra técnicas com vistas a torná-la comunicável, técnicas que, por sua vez, podem ser detectadas na própria obra. Segundo Ricoeur, o leitor pressente o papel da categoria de autor implicado ao apreender a obra como uma totalidade unificada, ou seja, uma totalidade cuja unificação é administrada por um enunciador que faz escolhas e molda o texto conforme seu peculiar trabalho autoral, e não nos termos de uma criação espontânea da natureza. O filósofo aproxima o papel unificador conduzido pelo autor implicado da noção de estilo proposta por Gilles-Gaston Granger em sua *Filosofia do estilo* (1968). A favor dessa aproximação, argumenta Ricoeur:

Se considerarmos uma obra como a resolução de um problema, ele mesmo decorrente dos sucessos anteriores no campo tanto da ciência

como da arte, podemos chamar de estilo a adequação entre a singularidade da solução que a obra em si mesma constitui e a singularidade da conjuntura de crise, tal como o pensador ou o artista empreender. Essa singularidade da solução, que corresponde à singularidade do problema, pode receber um nome próprio, o do autor. Por isso se fala do teorema de Boole assim como se fala de um quadro de Cézanne. Nomear a obra com o nome de seu autor não implica nenhuma conjectura concernente à psicologia da invenção ou da descoberta e, portanto, nenhuma asserção sobre a suposta intenção do inventor, e sim a singularidade da resolução de um problema. Essa aproximação reforça as qualificações da categoria de autor implicado para figurar numa retórica da ficção (RICOEUR, 2010, p. 275).

Granger, em *Filosofia do estilo*, define estilo como a “modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho e que se apresenta necessariamente em todas as formas de prática” (GRANGER, 1974, p. 17). Nesse livro, o objeto maior do filósofo, a fim de construir uma estilística geral, é a ciência<sup>6</sup>, embora não recuse a possibilidade de se voltar episodicamente para o ato estético, já que considera haver uma relação entre forma e conteúdo (isto é, trabalho) em toda prática individual, incluindo nesse movimento as obras de arte – e toda prática, defende ele, comporta um estilo, bem como o estilo é inseparável de uma prática. Ao abordar os empregos literários da língua, Granger assevera que “uma teoria do estilo exclusivamente centrada nas *intenções* do locutor corre o risco, com certeza, de ser insuficiente e arbitrária” (GRANGER, 1974, p. 234). Segundo ele, “Seria necessário, pois, dizer antes, [...] que o progresso de uma teoria do estilo está em centrá-la inicialmente na mensagem” (GRANGER, 1974, p. 234). Em resumo, para Granger, a estilística não é uma psicologia do uso linguístico e deve ser considerada como uma teoria das obras, levando em conta as condições de individuação destas por meio do estilo. Nesse caso, portanto, a intencionalidade do autor é colocada em segundo plano, dando destaque para a estilística que pode ser detectada na própria obra como uma solução poética para unificá-la, donde a inspiração de Ricoeur em teorizar sobre o autor implicado, servindo-se, assim, dos argumentos de Granger. Diz Ricoeur: “O que constitui a singularidade de uma obra é a solução única dada a uma conjuntura,

---

<sup>6</sup> É curiosa a atitude de Granger de conceber uma filosofia do estilo justamente a partir de um objeto que se quer tão impessoal como a ciência. Sobre isso o autor comenta: “Será a prática científica, contudo, que constituirá a matéria essencial de nosso ensaio. Aliás, por isso, a tarefa será ainda mais difícil. Com efeito, a prática científica parece pôr entre parênteses o individual e, por conseguinte, virar as costas ao *estilo*. Nada mais impessoal, menos individuado do que a ciência. Não nos cansamos de repetir que ela só visa ao geral. Aparentemente, o sucesso universal da empresa científica seria até mesmo a morte do estilo. [...] Sem dúvida, a ciência é de fato, como tentamos mostrar, ‘construção de modelos abstratos, coerentes e eficazes, dos fenômenos’, e o objeto que ela constitui e descreve é essencialmente estrutural. Mas, o individual permanece no horizonte da ciência. Se é verdade que não há ciência puramente especulativa e que todo processo de estruturação está associado a uma atividade prática, o individual aparece necessariamente, de início, como o lado negativo das estruturas” (GRANGER, 1974, p. 22).

ela mesma apreendida como um problema singular a resolver” (RICOEUR, 2010, p. 295).

Encaminhando sua argumentação a respeito do autor implicado, Ricoeur chama a atenção para outra categoria, a do leitor implicado, destacando que este, em certo aspecto, converge com o autor implicado para a manutenção da autonomia semântica do texto, na medida em que ambos são correlatos, presentes e identificáveis no texto, de seres reais ficcionalizados (isto é, assimilados pelo tecido textual). Apesar dessa convergência, deve-se notar que as duas categorias, de autor e de leitor implicados, divergem pelo fato de que, se o autor real desaparece com a emergência do autor implicado, o leitor implicado ganha corpo e é atualizado pelo autor real. Vale salientar que o leitor implicado consiste no público visado a quem são dadas as instruções incorporadas ao texto durante o ato de escrita. Explica Ricoeur:

À primeira vista, parece se estabelecer uma simetria entre autor implicado e leitor implicado, cada um deles com suas marcas no texto. Por leitor implicado, deve-se então entender o papel atribuído ao leitor real pelas instruções do texto. Autor implicado e leitor implicado tornam-se assim categorias literárias compatíveis com a autonomia semântica do texto. Construídos no texto, ambos são correlatos ficcionalizados de seres reais: o autor implicado se identifica com o estilo singular da obra, o leitor implicado com o destinatário a que se dirige o destinador da obra. Mas a simetria acaba se revelando enganosa. Por um lado, o autor implicado é um disfarce do autor real, que desaparece fazendo-se de narrador imanente à obra – voz narrativa. Em contrapartida, o leitor real é uma concretização do leitor implicado, visado pela estratégia de persuasão do narrador; com relação a ele, o leitor implicado permanece virtual enquanto não for atualizado. Portanto, enquanto o autor real desaparece no autor implicado, o leitor implicado ganha corpo no leitor real (RICOEUR, 2010, p. 291-292).

197

Dando continuidade a essa explicação, Ricoeur fará a ressalva de que a categoria de leitor implicado não será, contudo, muito útil à construção de sua teoria, já que, segundo defende o filósofo, é importante também considerar o leitor de carne e osso que interage com o texto e que assim completa o sentido deste. De todo modo, acentua-se no tema do autor e do leitor implicados o não prejuízo da autonomia semântica do texto, vital para a teoria de Ricoeur. Embora questione a obcecada análise do texto tomado exclusivamente, em franca oposição aos estruturalistas, que desconsideraram tanto a subjetividade de quem escreve quanto a de quem lê, o filósofo concorda com o estruturalismo no quesito consoante o qual o texto deve ter preservada sua autonomia semântica.<sup>7</sup> Ocorre que, para Ricoeur, devem ser

---

<sup>7</sup> Sobre essa questão, Paul Ricoeur comenta que o estudo estrutural é uma forma de fazer justiça ao texto, preservando as articulações internas por meio de uma análise objetiva, a despeito das intenções subjetivas do autor. Nesse sentido, o filósofo afirma: “Este aspecto do estruturalismo não me era estranho, pois sempre

considerados também fatores extralinguísticos que completam o arco semântico do texto: as subjetividades do autor real e dos leitores reais. Não é nosso objetivo aqui esmiuçar essa questão na obra de Paul Ricoeur, o que demandaria uma longa investigação incapaz de ser concluída nas breves linhas deste artigo, mas compete a nós evidenciar como essas três instâncias – o mundo do autor, o mundo do texto e o mundo do leitor – concorrem para impulsionar ou frear a intencionalidade autoral.

No caso do mundo do autor, evidentemente, conforme sua visada intencional influa na percepção que tem de mundo e se manifeste em suas escolhas textuais, como no uso que faz de estruturas inteligíveis, tipologias de intrigas, recursos simbólicos e de um caráter temporal em particular, fica acentuada a intencionalidade autoral. Quando o autor decide escrever, há todo um universo cultural (um mundo da ação) já consolidado, com seu sistema de signos, sua própria língua, suas metáforas e analogias familiares, com seus códigos éticos, suas ações e seus valores específicos a representar, tudo isso consiste em códigos culturais que o autor imprime no texto à sua maneira, valendo-se da singularidade de seu estilo. Em se tratando do mundo do texto, como vimos, essa intencionalidade é freada pelo próprio tecido textual, que adquire autonomia na ausência do autor. Graças a tal autonomia, o texto transcende as condições psicológicas e sociológicas de quem o escreve, visando atingir um número ilimitado de leitores situados em diferentes contextos socioculturais. Já no caso do mundo do leitor, essa intencionalidade fica obnubilada por uma interação opaca e que, precisamente por isso, requer o expediente da interpretação, interação em muitos aspectos diversa da comunicação ostensiva do face a face, como também já sinalizamos. O texto é, então, apropriado e aplicado à situação de vida de quem o lê, situação em que a trama textual atinge um sentido mais completo e é restituída ao tempo da ação no plano da práxis do leitor.

Assim, notamos que os três mundos em pauta – o do autor, que se desdobra no autor real e no autor implicado, o do texto propriamente dito e o do leitor, que se desdobra no leitor real e no leitor implicado – são ocasiões bem distintas para a expressão em diferentes graus da intencionalidade autoral, ora lhe oferecendo livre

---

professei, sob o título da autonomia semântica do texto, a ideia de que este escapa ao seu autor e significa por si mesmo. Ora, a autonomia semântica do texto abria-o a abordagens que apenas tomam em conta a sua objetividade, enquanto dito, escrito e, portanto, objetivado” (RICOEUR, 2009, p. 126-127). Todavia, Ricoeur adota também uma postura crítica em relação à pesquisa estruturalista, visto que esta extrai uma doutrina geral subtraindo as subjetividades que enunciam os discursos nos quais o pesquisador se debruça, ou seja, desimplicando os sujeitos de seu objeto de estudo. Ao personificar o estruturalismo na figura de Claude Lévi-Strauss – cuja obra reteve o mais profundo respeito de Ricoeur, embora considerasse o etnólogo um adversário a ser confrontado –, o filósofo declara: “Sou simultaneamente familiar da prática estrutural e estou numa relação conflituosa com o estruturalismo, que me parece atingir o seu nível mais elevado em Lévi-Strauss, aquele, na escola estruturalista, cuja obra mais respeito. Tínhamos tido, no círculo filosófico da *Esprit*, um confronto muito interessante, onde eu havia introduzido, para caracterizar a sua posição, a expressão de ‘transcendentalismo sem sujeito transcendental’. Foi para mim um adversário do qual a minha própria defesa da filosofia do sujeito procurou tornar-se digna; eu via-o como o determinante da estiação da discussão” (RICOEUR, 2009, p. 127).

curso e protagonismo, ora lhe determinando um papel coadjuvante, senão subalterno.

Se retomarmos o exemplo dado no início deste artigo, o da última autobiografia de Rousseau, podemos supor que o filósofo genebrino escreve seu autoexame sem se preocupar nem com um leitor implicado nem com leitores reais, apenas interessado no efeito reparador que o texto, ao ser redigido e revisitado por seu autor, pode causar em sua pessoa. Em face disso, Rousseau se desconecta do mundo do leitor e dá vazão apenas à própria intencionalidade enquanto autor real. Nós, leitores ignorados pelo genebrino, supostamente não encontraríamos na autobiografia em questão nenhuma instrução deixada pelo autor a não ser a de que ele não se preocupa em ser lido, desconsiderando, pois, a nossa existência. Notamos, portanto, que há certa convergência entre o mundo do autor e o mundo do texto, sendo o segundo erguido em função do primeiro, porém, nesse jogo, o mundo do leitor se torna um tanto exorbitante em relação ao refúgio que Rousseau construiu para si mesmo dentro de sua autobiografia. À revelia do autor, no entanto, lemos seu texto e o interpretamos, emprestando-lhe sentido. Em outras palavras, mesmo que não fosse a intenção do genebrino, somos seus leitores reais e fatalmente completamos o sentido da obra por ele legada. *Os devaneios do caminhante solitário* são apenas um exemplo desconcertante, entre tantos outros oferecidos pela história da literatura, de textos que problematizam esses diferentes lugares: o mundo do autor, o mundo do texto e o mundo do leitor. Falar da intencionalidade do autor é, portanto, muito mais que tratar das intenções impressas por este na superfície do papel, pois requer considerar as possíveis conexões deste com o próprio texto que escreve e também com seus leitores, sejam eles implicados, sejam eles reais. Apesar de toda a dificuldade aí embutida, nossa tarefa na condição de leitores permanece sendo, segundo Ricoeur, a de deixar o texto defender sua própria causa, sem nos reportarmos com agudeza inquisitiva às intenções ocultas do autor. Por um lado, não seria justamente essa a postura que a princípio assumimos quando lemos aquela autobiografia de Jean-Jacques Rousseau que pressupõe total indiferença para conosco? Todavia, por outro lado, qual leitor, mesmo diante de palavras tão explícitas de indiferença, não ficaria ressabiado, desconfiando de que a intenção inconfessa de Rousseau seria, na verdade, encontrar leitores e ter seu “eu” muito bem compreendido por eles?

## REFERÊNCIAS

- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GRANGER, G.-G. *Filosofia do estilo*. Trad. Scarlett Marton. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1974.
- RIQUEUR, P. Discours et communication. In: *La communication*. II. Actes du XV Congrès de l'Association des Sociétés de Philosophie de langue française. Montréal: Montmorency, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. M. F. Sá Correia. Lisboa: Rés, 1978a.
- \_\_\_\_\_. Philosophie et langage. In: *Revue philosophique de la France et de l'Étranger*. V. 103/4, out.-nov. 1978b, p. 449-663.
- \_\_\_\_\_. *Du texte à l'action: essais d'hermeneutique II*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

\_\_\_\_\_. *Réflexion faite*: autobiographie intellectuelle. Paris: Éditions Esprit, 1995.

\_\_\_\_\_. *A crítica e a convicção*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_. *O discurso da ação*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2012.

ROUSSEAU, J.-J. *Os devaneios do caminhante solitário*. Trad. Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: LP&M, 2017.

STEVENS, B. L'évolution de la pensée de Ricoeur au fil de son explication avec Husserl. In: *Études Phénoménologiques*. V. 6, ed. 11, 1990, p. 9-27.

Submetido: 08 de setembro de 2021

Aceito: 25 de setembro de 2021